



ACÓRDÃO Nº631/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11296/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Silves.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Nelci de Oliveira Lira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1744/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Silves. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ofício.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Nelci de Oliveira Lira**, responsável pela Câmara Municipal de Silves, no curso do exercício 2015, com fulcro no artigo 22, III, b, da Lei Estadual n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades descritas na Proposta de Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Nelci de Oliveira Lira**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Silves e respectivo Ordenador de Despesas, exercício de 2015, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (Achados n.ºs: 2, 4, 7, 8, 12, 13 e 14 do Relatório Conclusivo da DICAMI-AM), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº631/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

10.3.1. Comprove a situação de adimplemento com a Caixa Econômica Federal pertinente aos empréstimos consignados, perante esta Corte (Achado n. 09 do Relatório Conclusivo da DICAMI-AM);

10.3.2. O Órgão proceda à realização de concurso público para o cargo de “contador”, no âmbito daquela casa legislativa, sob pena de reincidência neste tipo infração a norma legal, ficando o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção da Câmara, sujeitos as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/93. (Achado nº 15 do Relatório Conclusivo da DICAMI-AM);

10.3.3. Observe com rigor os prazos de publicidade dos relatórios fiscais exigidos na LRF;

10.3.4. Publique todos os demonstrativos fiscais e contábeis devidamente assinados por pessoas com competência para tanto, sob pena de não mais serem relevadas futuras impropriedades desta natureza;

10.3.5. Observe com rigor as normas e procedimentos de contabilidade pública definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP;

10.4. Determinar ao órgão de controle interno para que elabore manual de procedimentos (rotinas) de Controle Interno a fim de diminuir os riscos e irregularidades, além de contribuir para que os objetivos gerais do órgão sejam alcançados, nos termos do art. 74, inciso II e IV, da CR/88 c/c art. 43, incisos II e IV, da Lei 2.423/96 (LO-TCE/AM);

10.5. Determinar à Comissão de Inspeção para que nas próximas inspeções:

10.5.1. Verifique quais as providências adotadas pelo atual gestor, assim como por quem o venha substituir, no sentido de regularizar a situação jurídica e contábil do imóvel onde funciona a sede da Câmara (Achado n. 06);

10.5.2. Acompanhe o cumprimento das determinações proferidas na Proposta de Voto;

10.6. Oficiar a Secretaria da Receita Federal do Brasil, considerando a competência definida no art. 2º da Lei 11.457/2007, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis (Achado n.º 10 do Relatório Conclusivo da DICAMI-AM).



ACÓRDÃO Nº631/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.7. Oficiar o Ministério Público do Estado do Amazonas, para que adote as providências pertinentes, no que entender cabível, sobretudo à vista dos indícios de falsificação de documento público (Achados nºs 12 e 13 do Relatório Conclusivo da DICAMI-AM).

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral